

RIO DE JANEIRO, RJ, 17 DE NOVEMBRO DE 1995

*Excelentíssimo Governador do Rio de Janeiro, meu companheiro Marcello Alencar; Ministro do Exército, General Zenildo Lucena, que acaba de dizer essas palavras de introdução; Ministro Mauro Gandra, Brigadeiro e Ministro da Aeronáutica; Senhor Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Leonel; Senhor Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Alberto Cardoso; Senhor Comandante do Estado-Maior da Esquadra, Almirante Pedrosa; Senhores oficiais-alunos; Senhores estagiários das Escolas de Guerra Naval, de Comando do Estado-Maior do Exército, da Aeronáutica e da Escola Superior de Guerra; Senhoras e Senhores,*

Quero expressar, ao iniciar esta exposição, a minha satisfação de poder estar esta manhã aqui numa reunião talvez inédita, em que nós temos, juntos, estagiários, professores, Ministros das Forças Armadas em geral, Alto Comando, o Almirantado, os que estão fazendo os seus estudos na EGN, na ESG, na Eceme e na Ecepar.

Isso é alguma coisa que me deixa muito motivado: a possibilidade de o Presidente da República, de uma maneira direta, simples, com fran-

queza, como é do meu jeito, poder se dirigir àqueles que, ou já estão no Comando das nossas Forças Armadas, ou se preparam para exercê-lo.

É sabido pela Nação o quanto eu tenho prezado, entre as múltiplas atribuições que o povo me concedeu com a qualidade de Presidente da República, o ser, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas. Isso faz parte das atribuições do Presidente da República, e eu as exerço no mandato constitucional que me foi conferido. Mas devo lhes dizer com sinceridade e tranqüilidade – e os que têm maior contato comigo sabem disso – que eu o faço com satisfação.

Acredito que nós vivemos, hoje, no Brasil, um grande momento, um momento de reafirmação nacional, de auto-estima, de confiança na nossa capacidade, como brasileiros, de definir os rumos que melhor vão servir aos interesses do povo e do País. E este clima no qual nós desenvolvemos nossas atividades hoje, um clima de confiança mútua dos vários segmentos da população brasileira, este clima eu creio que é indispensável para que possamos efetivamente realizar, como estamos iniciando, as transformações deste país, para que possa desempenhar, no cenário internacional e para o benefício dos seus filhos, o papel que – pela sua tradição histórica, pelas suas, não diria nem potencialidades, mais até do que virtualidades, pelo que nós já somos – já nos corresponde.

E quero lhes dizer que, ao assim me expressar, ao expressar a satisfação e a tranqüilidade com que o Presidente da República se reúne com os Altos Comandos, com os oficiais superiores, com os estagiários dessas Escolas, que são Escolas de altos estudos, atesto que isso é uma demonstração inequívoca da contribuição, também, que as Forças Armadas têm prestado ao Brasil, e têm prestado neste momento, que, eu repito, é um momento grandioso do Brasil, um momento de afirmação democrática, um momento de convivência, no qual nós todos pensamos, em primeiro lugar, no que é melhor para o País, muito mais do que outro pensamento, às vezes até legítimo, do que seria melhor para cada um dos segmentos ou para cada uma das pessoas que os compõem.

Este momento de reafirmação da confiança do País naqueles que o dirigem – e quando eu digo isso digo *lato sensu*; não é a pessoa do Presidente, mas *lato sensu*: eu o coloco entre aqueles que dirigem o País –

deve ser vivido por nós com muita responsabilidade, com satisfação, mas também com muita capacidade de discernir melhor o que se deve fazer e com muita coragem, para que possamos analisar detalhadamente, o quanto possível, quais são os problemas, os obstáculos sobre os quais vamos ter que ir avançando, transformando-os em momentos propícios para a realização dos nossos objetivos.

Eu queria lhes dizer com muita franqueza, como já mencionei no início, que esta situação que nós vivemos hoje no Brasil, de redefinição de rumos, se ela tem esse lado, esse embasamento interno, se ela é fruto do amadurecimento da sociedade brasileira, também ocorre num momento de grandes transformações históricas, que podem, eventualmente, confundir a percepção do que realmente existe, de quais são as nossas opções e quais são os interesses nacionais —grandes transformações históricas que não têm a ver apenas com o fato, com todas as conseqüências que dele se poderá tirar, de que nós hoje não vivemos mais como há muito pouco tempo vivíamos: num mundo bipolar.

Desde a queda do Muro de Berlim – para manifestar um símbolo do que aconteceu –, nós temos, hoje, em todas as latitudes, uma homogeneização maior quanto a certos valores fundamentais: valores de liberdade, valores de predominância da racionalidade não só econômica, mas, eu insisto, social também, como componente fundamental desse novo mundo; valores de negociação, de democratização e de preocupação com algo que nos desafia, que é o fato de que o desenvolvimento tecnológico assumiu uma tal proporção que praticamente, hoje, quando existem situações de pobreza, situações de desigualdades, situações de desespero, até, já não são mais tanto pela escassez de recursos, mas pela incapacidade política de tomada de decisões e muitas vezes pela falta de capacidade e solidariedade para entender que é preciso atuar.

Isso, portanto, coloca um problema que eu diria ético. Já estamos começando a viver num mundo que, globalmente visto, não é o da escassez, mas onde há muita escassez em partes localizadas.

Se no passado, pela inexistência de meios, era possível conviver pacificamente com as desigualdades, com a miséria, com zonas de subdesenvolvimento – em nível planetário, eu me refiro, e não apenas em

nível de cada país –, hoje não existe sequer essa escusa para que esses problemas não sejam colocados na agenda e não sejam enfrentados.

Há, portanto, uma espécie de compulsão moral, que deveria levar-nos, todos, a pensar esse novo mundo que se está desenhando como um mundo que deve colocar a questão das diferenças entre nações, das diferenças entre os grupos sociais e as regiões dentro de um mesmo país como alguma coisa que tem que ser enfrentada, porque já há condições teóricas para isso.

Trata-se, portanto, de uma nova era, se eu posso dizer assim.

Eu me tenho referido freqüentemente a uma idéia que talvez seja ousada. A de que nós estamos vivendo um período de um novo Renascimento. Quando me refiro a um novo Renascimento – eu me refiro ao Renascimento clássico –, estou querendo dizer com isso que vivemos um período em que a razão humana é tão poderosa e se instrumentou de tal maneira que ela, de alguma maneira, pode controlar seu destino, o destino da humanidade.

Mas não é só por aí que eu vejo esse novo Renascimento. É que, de alguma maneira, em vários setores, as questões se transformaram em questões planetárias e que têm como sujeito a Humanidade. Isso no passado era retórica; hoje não é. O fim dos dois blocos teve muito a ver com o terror atômico e com as conseqüências terrivelmente devastadoras de uma hecatombe atômica, que ultrapassam, mesmo que não se queira, o limite de uma fronteira e o interesse de duas ou três potências que estejam brigando e alcançam o conjunto do globo, ainda que partes da população planetária não estivessem diretamente envolvidas no conflito.

Da mesma maneira os problemas ecológicos. Hoje em dia há uma consciência, que ultrapassa tudo o que se imaginou no passado, dessa questão que requer uma visão da humanidade no seu conjunto, uma visão planetária.

Isto foi o que, no Renascimento, deu origem à nossa civilização contemporânea: quando, com a expansão do capitalismo comercial, com os novos descobrimentos, os que viviam no centro do mundo, que imaginavam que aquilo fosse não só o centro, mas o próprio universo, tiveram que se aperceber de que na verdade havia muita diferenciação

no globo afora, tiveram que se aperceber de que haveria que se conviver com essas desigualdades e tiveram que se aperceber de que não dava para ter uma visão egocêntrica e que fosse pautada pelos interesses só de um pequeno grupo.

É claro que esses interesses se reorganizaram e tenderam a prevalecer. Mas de qualquer maneira foi um primeiro momento de expansão da mente humana e um primeiro momento de reafirmação ou de afirmação da capacidade da mente humana, racionalmente, de enfrentar soluções e de criar formas novas de convivência social e de convivência política. Deu origem também, como todo mundo sabe, a uma espécie de um *boom* extraordinário em termos artísticos e criou a ciência moderna, mais tarde a industrialização, esse desenvolvimento todo.

Pois bem. Nós vivemos, agora, uma fase em que tudo isso está sendo potencializado pelo desenvolvimento tecnológico, pela transformação, como se chama, do mundo numa aldeia global.

Daí derivam várias conseqüências e alguns equívocos: conseqüências de que seria difícil imaginar a possibilidade da afirmação autárquica de um país ou de uma região, porque o próprio sistema produtivo se globalizou. Mas isso não significa que os interesses específicos de um país devam ser desconsiderados. Isso não significa que, diante desse desafio de uma consciência planetária e da existência de certos fatores tecnológicos, de organização econômica, que se desenvolvem no plano internacional, no planeta, pura e simplesmente desapareça o interesse nacional e, menos ainda, o interesse popular.

O grande problema que se coloca para nós, brasileiros, é como redefinir esses mesmos interesses que permanecem diante de uma conjuntura que é nova e de potencialidades que são novas.

Como, de que forma, num sistema produtivo que se internacionalizou – e são fatos, não são desejos, não são nem opções; são realidades – , como, diante disso, colocar de maneira adequada os interesses que são especificamente nossos, no caso de brasileiros? De que maneira compatibilizar essas potencialidades que se desdobram ao nível internacional e que existem a esse nível com aquilo que é especificamente do nosso interesse como país, como nação? E como preservar, dentro da Nação,

os interesses que são do nosso povo, diante desse desafio que assume essa proporção que jamais assumiu na história da Humanidade?

Então, o fato é que nós, hoje – para retomar o que eu disse no início –, vivemos um momento de afirmação, de um clima de entendimento, de afirmação democrática, de contribuição dos diversos segmentos da população ao redesenho dos rumos do País. E este momento é precioso, porque, não fora este momento, as forças que existem de atração no processo globalizador não encontrariam resposta adequada em termos do filtro necessário para que se possa fazer a inserção do País nessa nova ordem econômica, sem que ela derive numa espécie de interdependência, que camufla apenas a dependência.

Nós temos a chance de, nessa redefinição dos espaços mundiais, econômicos, mais tarde políticos e já políticos e culturais, pensarmos grande e pensarmos de que modo, como nação, como país, vamos resguardar os nossos interesses nesse processo de integração.

Isso requer uma visão nova, porque a visão antiga, as respostas antigas ficam pequenas diante do desafio. Não existe mais a resposta “Vamos nos fechar”. Não existe mais. Existe outro tipo de resposta que nós temos que buscar, e temos que ter consciência na busca desse outro tipo de resposta. Como inserir-nos resguardando os nossos interesses próprios? Se quiserem, como manter o conceito de soberania diante de um mundo que, de alguma maneira, ameaça a possibilidade de definição autônoma por parte dos países, dos seus rumos? Esse é o nosso desafio.

Como redefinir e manter a nossa capacidade própria de decisão num mundo em que há condicionalidades imensas e que restringem muitas das nossas decisões? Não é fácil. Mas nós temos, hoje, já, o instrumental humano e tecnológico que permite desenhar uma política nessa direção.

Claro que o Presidente da República não diz isso a toda hora, até porque pode ser mal interpretado. Mas, nesse ambiente, eu acredito que nós devemos pensar com profundidade sobre qual é o desafio e sobre o porquê de certas ações que são tomadas diante dessa situação nova.

Se me permitem, a primeira condição que nós tivemos que enfrentar para poder responder a isso de maneira adequada foi pôr fim à desor-

dem, à doença que minava a capacidade decisória do Estado brasileiro, que era o processo inflacionário.

A inflação não apenas arruinou o povo, como, de alguma maneira, limitou a capacidade do Estado, de o próprio Estado saber em que terreno pisava. Era uma espécie de cortina de fumaça mais espessa, que impedia a aterrissagem. Não se conseguia saber nada.

Por circunstâncias alheias à minha vontade, o Presidente Itamar Franco, a quem eu devo sempre as homenagens pelo apoio constante que me prestou, me designou para ser Ministro da Fazenda num momento em que a inflação estava, digamos assim, uma hiperinflação controlada pela indexação. Chegou a 50% no último mês antes do Plano Real.

Eu lhes asseguro que nós governávamos o Brasil às cegas. Nós governávamos o Brasil sem poder saber o efeito das decisões e dando a ilusão – de que tantos gostavam – de que tudo era fácil, porque era só abrir um crédito novo, que qualquer demanda social era atendida por um crédito novo, por uma solução que era ilusória. E se perdeu a capacidade de saber custo e benefício.

E hoje se vê o sistema bancário brasileiro, o todo-poderoso de então, com pés de barro. Esses pés de barro estavam escondidos numa capa de véu de noiva da inflação. Mas quem vai casar com a inflação casa com a morte. E paga as conseqüências, quando a inflação decrece.

Tivemos que controlar a inflação. Custou caríssimo, não só como esforço. Mas custou caro ao País. A crise da agricultura, que aí está: levei meses, meses, para equacionar o problema da agricultura. Os próprios agricultores nem sabiam se perdiam ou se ganhavam. Não tinham idéia. Queriam só mais dinheiro do Banco do Brasil, como se o Banco do Brasil, ou seja, o Tesouro, fabricasse dinheiro do nada; como se, ao fabricar esse dinheiro, não estivesse indiretamente fazendo um imposto cruel sobre o conjunto da população.

Então, a primeira condição para que nós pudéssemos divisar qualquer coisa foi colocar um freio a essa desagregação nacional produzida pela inflação, ao amolecimento de costumes, à corrupção, que vai junto, que a inflação propiciava.

Não vou entrar nos detalhes, o que é sabido, dos esforços que estão sendo feitos nessa matéria, dos êxitos alcançados, que não devemos dormir com os louros deles porque ainda não são assegurados. Há uma primeira aproximação forte de controle inflacionário, mas que requer, ainda, energia, requer que o Governo tenha coragem de tomar medidas. Não é questão de serem impopulares, doídas, para quem as tem de tomar, porque sabe, muitas vezes, que tem que não conceder aquilo que é justo, mas que, se for concedido, mais tarde vai causar um empecilho ainda maior e vai dificultar que a justiça possa ser estabelecida de maneira mais consistente, mais tranqüila e mais permanente.

Mas essa é a responsabilidade dos homens de Estado: não temer nem a impopularidade nem, o que às vezes é pior, a incompreensão. Tem que enfrentar. Mas não é o caso de recontarmos essa história.

O fato é que nós, depois de termos conseguido equacionar a questão inflacionária, passamos a ver o tamanho dos nossos problemas.

No campo político, nós tínhamos – e temos – que enfrentar alguns problemas sérios. Não vou me referir a problemas de base, à representação política, ao sistema eleitoral, à fragilidade do sistema partidário, à possibilidade ou não de fortalecer esse sistema partidário, que já, por si, é um problema muito sério – e que não é um problema brasileiro; é um problema, hoje, que assola várias instituições governamentais do mundo todo: as dificuldades, numa sociedade de massas – populações imensas que se alfabetizam, que vêm para as cidades, que são bombardeadas pela informação, que têm acesso à mídia, que sabem do que está acontecendo, que, portanto, formam opiniões, formam expectativas, se organizam e pressionam –, de essa população ser representada por partidos.

Os partidos, cada vez menos, são formas de agregação em função de valores, como foram, em muitos momentos, democratização ou nacionalismo ou internacionalismo ou autoritarismo. Qualquer que seja o valor. Um valor que junta. É mais fácil quando há um valor. Entende-se o valor. Mas a verdade é que, no mundo todo, hoje, os valores agregam menos que os interesses. E os interesses, cada vez mais, são fragmentados, dentro de cada partido.

Não discuto a legitimidade deles. Podem até ser. Em geral são. Nem mesmo quando eles são individuais. Alguns são interesses respeitáveis. O fato é que há uma espécie de parcelamento desses interesses, que dificultam enormemente o processo de tomada de decisão.

As pessoas não têm consciência. Os atores não têm consciência desse processo mais geral. Mas aqueles que dirigimos o País temos que ter consciência. E temos que saber que estamos lidando com uma situação social, com um processo, que, muitas vezes, se revela a nós de maneira brutal, como um interesse que me parece escuso. Mas eu tenho que entender que, embora, às vezes, até seja, isso faz parte de um processo dessa reorganização global da sociedade em que não há formas agregativas.

Esse já é um problema imenso, com o qual vamos nos defrontar nos próximos anos e é parte daquilo que disse no início, de uma condição para que possamos definir, de forma conseqüente, coerente, os nossos interesses populares e nacionais, dentro desse contexto de globalização.

Pois bem, além disso, nós temos outros problemas mais diretos, no que diz respeito à própria organização do Estado brasileiro. Muitos dos senhores têm experiência mais longa do que eu no trato do Estado brasileiro. Minha formação foi longe do Estado. Foi na universidade, durante décadas. Não obstante, por menor que seja a experiência de cada um de nós, e os que temos um pouco mais, sabemos com mais consistência, sabemos que o Estado brasileiro também foi vítima desse mesmo processo de quase anomia, de desagregação, provocado não só pela inflação, mas também pelos processos políticos a que me referi, que vão minando a legitimidade e a autoridade, de tal maneira que, hoje, uma das tarefas mais difíceis é a reorganização do Estado —reorganização para dotar o Estado de uma maior operacionalidade, reorganização para dotar o Estado da capacidade de estar afinado com o País e, sendo capaz de orientá-lo nos desafios que mencionei há pouco, aumentar o coeficiente tecnológico dentro do Estado, de competência dentro do Estado e fazer com que os vários setores do Estado conversem uns com os outros.

Pode parecer elementar, mas é difícilimo articular o Estado, fazer com que o Estado não seja apenas um conjunto de funcionários ou um

conjunto de corpos, mas que ele seja algo articulado e que tenha um comando político que dê um rumo a esse aparelho do Estado.

É longo. É um processo. Não é uma lei. Estou enviando várias emendas à Constituição. Todo mundo sabe disso. Eu luto por elas. Vou continuar lutando. Sei que elas são importantes. Mas sei, também, que não basta, porque não é uma lei, é mais do que isso: é um processo. A mentalidade tem que mudar. É uma cultura que nós temos que mudar, para que possamos avançar efetivamente nessa reorganização do Estado.

Mas, se eu quiser ser mais específico nessa reorganização do Estado, eu devo me referir, também, a que, no momento em que nós nos deparamos... E hoje realizarei alguns dados, algumas informações. E vou me permitir abusar do tempo, se for necessário, porque é tão raro eu poder conversar, de peito aberto, com tanta gente, que, se o Comandante da Escola permitir, eu não vou ficar muito preso ao tempo.

Mas o que eu queria lhes dizer é que, nessa reorganização do Estado, vou me referir mais especificamente a alguns dados, a algumas informações mais adiante, tendo em vista o pano de fundo que, muito rapidamente, pincelei aqui. Nós precisamos de um Estado mais eficiente, que não vai se medir pelo tamanho. Eu vejo sempre essa referência: “Tem que diminuir o Estado.” Eu não sei qual é o tamanho. Isso não importa. Qual é a eficiência? O que ele faz? Ele está preparado para cumprir as funções? Está cumprindo essas funções ou não está?

Essa reorganização vai abranger, nesse processo, todas as áreas. Vou lhes dar dois ou três exemplos. Tomemos a área econômica do Estado. Nós temos uma certa tradição de organização de empresas estatais, muitas delas competentes, eficientes.

Pois bem, nós temos muito menos tradição, até porque nós expandimos o setor produtivo estatal direto, de um Estado fiscalizador e regulamentador. De alguma maneira, algumas funções de fiscalização e de regulamentação do Estado foram absorvidas pelos entes estatais que produziam. Um exemplo direto: o Conselho Nacional do Petróleo foi, praticamente, absorvido pela Petrobras. Quem faz a política do petróleo? Quem faz é a empresa. Não critico. Verifico.

Na questão energética, qual é o órgão que controla? É o DNAEE. Quem compõe o DNAEE? Os funcionários das empresas geradoras de energia, geralmente estaduais. Onde é que está o interesse público? O do contribuinte? O do consumidor? O do Governo Federal? Muitas vezes, está desaparecido. Alguém quis isso? Ninguém quis isso. Foi acontecendo.

Como é que vou privatizar? Vejo tantas críticas quanto à falta de velocidade do processo de privatização. Como vou privatizar, se não tenho um órgão regulador, se não tenho um órgão capaz de definir uma política de tarifas e que seja um órgão que responda ao interesse público, e não ao interesse do setor? No momento, esse setor é estatal. Nem aí deveria ser assim, porque burocracia estatal não equivale ao interesse público. Mas amanhã, quando não for nem sequer a burocracia estatal, quando for empresa privada? Quem vai regulamentar isso? Quem vai definir a tarifa? Quem vai definir a distribuição de concessões, entre as zonas mais desenvolvidas e as mais atrasadas do Brasil?

Eu preciso disso. Se não tiver isso, se não reorganizar o Estado, nesse sentido de um Estado capaz de fiscalizar, de controlar, de olhar o bem público e de ter canais de comunicação com a sociedade para que esse bem não seja simplesmente derivado da mente daqueles que estão à testa, eventualmente, naquele momento, do aparelho estatal, eu não tenho condições de um Estado adequado para os desafios contemporâneos.

Dirão: “Mas por que privatizar?” Porque não se tem mais condição de, dentro do aparelho estatal, através da sociedade, gerar recurso para o investimento. Estamos lutando, neste momento, para tentar obter um pouquinho mais de saúde, e olha a dificuldade para se obter um voto. Imaginem se o Governador Marcello Alencar vai pedir ao povo do Rio de Janeiro que ele mantenha a Light melhor. Quem paga? Mudou a percepção da sociedade sobre o papel do Estado como canalizador de recursos. Não há recursos.

Mas, por não haver recursos, fazer apelo à iniciativa privada não exime o Estado de outras funções. Não quero nem entrar na discussão de se ele cumpre bem ou mal a função produtora direta. Em algumas empresas, cumpre muito bem. Noutras, mal. E em várias delas há pene-

tração do interesse político e há corrupção. Eu sei. O que não quer dizer que se elimine a corrupção, mesmo no setor privado. Mas quer dizer que, naquilo que corresponde ao interesse específico do Estado como tal, nós temos que redefinir o aparelho estatal, para que ele tenha outro tipo de pessoas, órgãos, competências, capacidade técnica, para poder conduzir esse processo. Ou alguém vai imaginar que, pura e simplesmente, deixadas ao interesse do setor privado, as coisas vão funcionar às mil maravilhas? Nunca é assim.

O fato de existir privatização não elimina a necessidade de existir um Estado competente, que fiscalize, que responda pelo interesse público e que seja capaz, com energia, de coibir abusos.

Na área econômica, já se tem uma certa consciência disso. Dentro de pouco tempo, o Congresso vai estar discutindo leis que, no fundo, são de reformulação do Estado, embora eu não as expresse dessa maneira no momento de enviá-las ao Congresso, mas são leis que vão definir os mecanismos de regulação do sistema telefônico, do sistema energético, o que se faz com as estradas de ferro, com os portos – aliás, nós estamos trabalhando com a ajuda da Marinha. Enfim, em vários setores, nós já estamos avançando nisso.

E o setor social? Eu, ao assumir o Governo, fechei dois Ministérios: o Ministério do Bem-Estar Social e o Ministério da Integração Regional. Por que os fechei? Porque eram guichês de vinculação clientelística, para não dizer, também, áreas em que havia suspeita de corrupção.

Só esse fato já produz uma enorme confusão, porque setores políticos que estavam interessados na intermediação dos mecanismos de assistência se sentem desamparados. Setores que são assistidos por aquela forma antiga legitimamente protestam, porque se sentem, eventualmente, prejudicados. Não sabem qual é a regra nova, etc., etc. Muito bem. É preciso reorganizar isso. Como? Descentralizando. De acordo? Mas, para descentralizar é preciso modificar, também, o aparelho do Estado.

Tomemos o SUS, na questão da saúde, o Sistema Único de Saúde. O Governo Federal, crescentemente, passa recursos aos estados, aos municípios, os quais os repassam à rede hospitalar privada. Não vou nem

entrar na discussão, no mérito, se isso é bom ou se isso é errado. Está aí. Está na Constituição.

Bem, mas o Estado, o Ministério da Saúde tem que se aparelhar. Para quê? Para fiscalizar, para promover, para reorganizar tudo isso.

A mesma coisa, e com mais força, se diga dos antigos convênios do Ministério do Bem-Estar Social. Há que ter outros critérios, para evitar o clientelismo e a corrupção. Há que fazer com que a sociedade participe disso.

Outro dia, um parlamentar reclamou a mim. Disse: “Olha, um programa de habitação que a Caixa Econômica está fazendo é um programa muito bom, mas nós não temos mais nada com ele.” Eu perguntei: Mas vocês tinham que ter? Por quê? Para que haja a atribuição de um empréstimo para a construção de casa precisa passar pela intermediação política?

De novo a questão da mentalidade. É preciso refazer os objetivos dos homens políticos, para que eles entendam que têm é que discutir a política de saúde e que a população tem que aprender também que ela vai cobrar do seu representante não é a dádiva de tanto ou quanto, para este ou para aquele, mas é a política de saúde. São os critérios de eficiência. É cobrar do Ministro, reclamar, fazer discurso. Isso está certo. Mas isso tudo precisa de tempo, porque é uma reorganização, não só da instituição do Estado – difícilíssima, porque os setores existentes reagem, não querem mudar, é normal – como, também, daqueles que são beneficiados pelo sistema e dos que são intermediários do sistema.

Bem, esse objetivo de reorganizar o Estado é fundamental. No campo político, isso me interessa. E me interessa profundamente. Acho que essa ação política interna do Governo, que não tem que estar a toda hora exposta na sua complexidade, nem mesmo na sua totalidade, é fundamental, porque nós temos que ver essa transformação como um processo.

Mas se nós não modificarmos a estrutura do Estado brasileiro, no sentido que estou dizendo, não só da estrutura morfológica, mas das práticas institucionais, da cultura da ação do setor público, não vamos estar à altura de responder aos desafios, que já estão postos à nossa

frente, nem de dar o passo necessário para que, nessa integração do Brasil a esse mundo novo, o Brasil defenda seus interesses, do seu povo, no caso dos setores sociais, e dos seus interesses nacionais, no caso dos setores econômicos.

É claro que a função do Presidente da República é uma função complexa nessa matéria toda. Eu nunca tinha refletido muito sobre isso, porque nunca me ocorreu ser Presidente da República. Depois do fato, passei a ler um pouco. E não sei nem se consola, mas esse processo é um pouco mais geral.

Nos Estados Unidos, na França, as dificuldades que os Presidentes têm são grandes, nesse momento de transformação. Por que razão? Primeiro, no nosso caso, porque o Presidente tem dupla função. Ele é Chefe de Governo e Chefe de Estado. E é difícil, muitas vezes, compatibilizar as funções. E, além do mais, como Chefe de Governo, frequentemente, ele é chefe de partido, porque se choca – o Governador Marcello Alencar acena com a cabeça – muitas vezes o que é função de Estado e chefe de Estado, o que é função de Governo e o que é função de partido, de político. Ele é líder político, ele é Chefe de Governo, ele é Chefe do Estado e tem que desempenhar nessas várias dimensões.

Em certo momento, é preciso que o Presidente, digamos, simbolize, encarne o conjunto. E ele não pode ser chefe de partido, muitas vezes nem sequer pode ser o chefe da Administração. Tem que ser algo mais. Tem que simbolizar uma idéia do País. Tem que simbolizar um rumo, uma bandeira, se fosse possível disser assim, que fosse percebida como uma bandeira que é de todos. Difícilimo, porque os pretendentes a Chefe de Governo, de Estado e de partido vão ser contra. Vão tentar evitar que essa bandeira seja vista como uma bandeira global e vão sempre denunciar como se fosse o interesse escuso do líder político, porque ele é que é Chefe de Estado. Mas é preciso desempenhar essas funções.

Há momentos que são difíceis. Há momentos em que é preciso que o Presidente assuma a sua condição de Chefe de Estado. Os que me acompanham mais de perto, os Ministros que me acompanham mais de perto sabem disso. Por exemplo, no momento em que tive que decidir sobre a questão dos desaparecidos, tive que exercer a função de Chefe de Estado.

Tive que dizer: “Olha, aqui não tem lado, não.” A minha posição vale para todos os lados. Eu não aceito, em nome de um lado, que se prejudique o outro. Anistia é para todos. E, ao mesmo tempo, tem-se que exercer a função e dizer: “Não, isso não pode.” E as pressões vêm de todos os lados para que se atue, não como Chefe de Estado, mas como chefe de um pedaço da Nação. E o Presidente não pode fazer isso, porque, se ele fizer isso, perde a qualidade de ser o Chefe do Estado.

Isso tudo são os problemas da democracia numa sociedade de massas, em que funções que antes não eram próprias até mesmo dos Presidentes passam a ser, porque, como é uma sociedade de massas, a mídia, que acabou de sair daqui, mas já está por aí, é que traduz tudo. E, ao traduzir, *tradutore traditore*. Então, é um cuidado imenso, porque qualquer palavra pode ser vista de outro modo. E é vista de outro modo.

Os que estão mais afeitos, hoje, à vida política sabem, quando lêem o jornal: “Meu Deus, o que fizeram com o que eu disse?” E não dá nem para desmentir, porque seria um desmentido permanente. Porque não é mentira, é a apreensão do que se quer, do que se faz é que é feita por interesses fragmentados, de cada um. Não é nem dos jornais. É de cada jornalista. Ele nem tem consciência disso. Faz parte dessa mesma fragmentação da sociedade contemporânea, não é?

Se é assim, mais razão ainda para quem simboliza o todo, primeiro, não ter reações pessoais, não se vingar, não falar uma palavra mais dura – às vezes, dá vontade –, mas não dizer uma palavra mais dura, porque não é a pessoa, de pele e osso só: é o símbolo, é o que está encarnado. E isso é geral, porque, na sociedade de massas e de comunicação permanente, a interação é simbólica. São poucos os que falam. Muitos falam, mas são poucos aqueles cuja voz aparece. E esses têm que ter a responsabilidade de saber que a voz é forte e que, portanto, deve ser usada com moderação, para que, realmente, os objetivos nacionais possam ser atendidos.

Então, no campo político, nós temos muitos problemas na reorganização do Estado, na própria prática do exercício da democracia. Muitos problemas. Mas nós temos consciência deles e é preciso que se alargue essa consciência, para que possamos avançar com mais tranqüilidade. E lhes confesso que o campo que mais me angustia é o social.

Durante a campanha eleitoral, usei uma expressão dizendo que o Brasil não era mais um país subdesenvolvido, era um país injusto. O que eu quis dizer com isso? Que isso tem algo a ver com o que eu mencionei no início, quando disse que nós estamos vivendo uma época de um novo Renascimento, quer dizer, o momento em que o homem – e a mulher também – tem condições de dominar com a razão, com a capacidade de mudar as coisas, a maior parte dos problemas. Antes não tinha.

Pois bem, o Brasil há 40 anos não tinha condição de ser mais justo talvez. Não tinha base, nem humana, nem de organização, nem de riqueza suficiente para enfrentar os problemas das desigualdades. Hoje nós temos.

Eu, cada vez que olho as estatísticas – ainda que se tenha, naturalmente, a cautela necessária com as estatísticas –, mais fico reafirmado nesta minha convicção. A renda do Brasil hoje, o PIB *per capita*, já é um PIB bastante elevado. Em dólar – para poder fazer comparação internacional –, em 1995, o nosso PIB *per capita* já andava por 4.482 dólares. Bem, um país – realmente não vou nominar algum – dos mais pobres, da África, tem 300, 400. A China deve ter 600, 700 – digamos que as estatísticas flutuam, porque depende de qual é a valorização do real frente ao dólar. Tudo isso é um pouco ilusório, mas, como é ilusório para todos, a comparação vale. Digamos que sejam 4.000 dólares *per capita*.

Eu me recordo de que, há muitos anos, infelizmente há muitos, eu trabalhava na Cepal–Comissão Econômica para a América Latina, com um grande economista chamado Raúl Prebisch. E lá, naquela época, nos anos 60, a nossa ambição era chegar a uma renda de 1.000 dólares *per capita*, porque, no dia que a América Latina tivesse em média 1.000 dólares *per capita*, estavam todos os problemas resolvidos. Claro que o dólar de 1960 não é o dólar de hoje, mas, digamos, 4.000 já é uma coisa expressiva; pode-se dizer o que se quiser, mas isso é um indicador razoável, porque é ...bem, 4.000 dólares *per capita*. E a projeção é que vamos chegar a 1997 com mais de 5.000 dólares *per capita*.

Não se justifica o nível de pobreza que nós temos. Não se justifica o nível de miséria absoluta que ainda há em certos setores. Não se justifica. Quer dizer, nós não podemos mais fechar os olhos a essa realidade. E

ainda lhes vou dizer uma coisa talvez mais dura ainda para mim, pelo menos: a Receita Federal, os recursos públicos, cresceram de uma maneira extraordinária. Nós hoje temos, eu não sei também, os números são muito variáveis, mas se fala em 30% do PIB, que é pago como imposto em todos os níveis, municipal, estadual e federal, que já é uma proporção razoável.

Quando eu estava no Ministério da Fazenda, me recordei que o Dr. Osiris, que era o Secretário da Receita, entrou em meu gabinete eufórico, porque num determinado mês nós tínhamos recolhido 3.800.000 dólares – contava-se em dólar na época –, 3 bilhões e 800 mil dólares num mês, só no Tesouro, fora a Previdência. Isso era recorde. Pois bem, agora nós estamos recolhendo 7 bilhões! 7 bilhões!

Há recurso. Então, já não é uma questão de dinheiro somente, é mais do que isso, é mais difícil do que isso. Temos renda *per capita* e temos recursos públicos. Eles são mal usados, são mal geridos. Nós temos pouca capacidade efetiva de chegar lá onde está o problema; a determinação que se dá lá em cima não chega à ponta da linha, tudo vai perdendo força, há desânimo em vários setores.

Então, são problemas mais complicados, porque não são problemas de dinheiro, são problemas morais, de motivação, de competência, enfim, de toda a ordem, que estão aí. Mas esses problemas, é nossa obrigação enfrentá-los. Porque, quando não há dinheiro, não há dinheiro; não há recurso, não há recurso. O que vai fazer a África sem recursos? Nada, vai precisar dos outros países. Mas não é o nosso caso. Nós temos a capacidade autônoma, endógena – senão autônoma – de gerar esses recursos e de administrá-los. É um problema, portanto, político e administrativo e é um problema, também, de nós nos entendermos sobre os objetivos nacionais, sobre o que nós queremos fazer.

Então, nessa área social, quando eu, às vezes, falo, num programa que tenho no rádio, sobre a questão de algumas minorias, sobre o trabalho assim chamado escravo, sobre prostituição infantil, meditei muito sobre se caberia ao Presidente da República falar desses temas, o que podia ser explorado. Mas nós não podemos tapar o sol com a peneira, eles existem. E não há de ser com a propaganda que se vai acabar com o problema.

Temos que enfrentar o problema. Se ele existe, vamos ter que enfrentá-lo. Como existe o problema de segurança pública.

Existem problemas, nesse campo social, e esse é o campo que mais angustia, porque, se a reorganização do Estado sabe o rumo, esse problema requer uma mobilização de energias muito maior, e ele teve um agravamento forte, porque nós tivemos uma mudança demográfica extraordinária no Brasil, um deslocamento enorme de populações do campo para a cidade, e, não nos iludamos, vai continuar. É só olhar o que aconteceu na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, que se vê que o caminho do desenvolvimento, da industrialização é a urbanização. E as populações vêm para as cidades.

E aí temos um desafio maior. É que, no passado, quando houve esse esvaziamento do campo, a Inglaterra praticamente perdeu seu campo. Ela transformou o campo dela, no século XIX, na Argentina, na Austrália, Nova Zelândia: plantava lá longe, não na Inglaterra; e a comida vinha de fora. E com grande êxito, no caso inglês.

A França demorou mais a diminuir a população rural. Nos Estados Unidos foi drástica a diminuição. E aqui nós ainda temos uns 20 e poucos por cento no campo. Vai diminuir; faça-se o que se fizer, vai diminuir a população rural e vai aumentar a população urbana. Nós ainda temos alguma sorte, temos uma rede urbana, uma escadinha de cidades, de vários tamanhos, e já começa a haver uma volta – não é volta ao campo, é volta a outro tipo de cidades. E isso é bom, desanuvia, desafoga.

Nós aqui temos uma desvantagem: é que coincide que o grande desenvolvimento que vem pela frente é um desenvolvimento baseado numa tecnologia poupadora de mão-de-obra. E a questão do desemprego, que atazana os países europeus, ronda o mundo e não tem nada a ver com o desenvolvimento, com o crescimento econômico. Nós estamos começando a assistir a isso na minha cidade de São Paulo, esse fenômeno de como a indústria paulista é a que mais está sendo afetada pelas grandes transformações, porque ela é um pouco mais antiga que as outras – ela está agora se modernizando, está desempregando e crescendo a produção.

Os Estados Unidos, de alguma maneira, conseguiram, digamos, se vacinar um pouco contra esse problema. Eu tenho a esperança de que o Brasil também. E não é a esperança que eu queira, mas é porque o Brasil tem alguma similitude morfológica, do ponto de vista social, da estrutura social, com os Estados Unidos. É um país continental, é um país disperso, onde uma área está em desenvolvimento, a outra pode estar em decadência, tem migração, uma absorve e outra perde. Nós temos mais mobilidade do que os países europeus, do que a Espanha, por exemplo, onde foi mais dramático.

Então, nós temos essa esperança, e nós temos graus variáveis de desenvolvimento tecnológico na produção. E isso, que pode ser em absoluto complicado, em termos de emprego não é tão ruim assim. Mas nós temos que ter uma política para isso, uma política não só de apoiar os setores de ponta, mas de apoiar os setores que, embora não sendo de ponta, absorvem mão-de-obra. Mas não tenhamos dúvida de que isso vai ter um custo social. E essa questão, esse agravamento existe e me preocupa. Preocupam-me, na área social, sobretudo, os temas clássicos: saúde e educação. Isso, por qualquer indicador que se veja a situação do Brasil, em matéria de educação, é inaceitável, comparando o Brasil com outros países da América do Sul, para não falar de países com o PIB semelhante, porque isso aí é pior ainda, porque a esse nível de PIB que nós temos, PIB *per capita*, não se justifica o grau de baixa escolaridade, sobretudo na educação básica, na educação primária.

E a distorção é flagrante. Distorção porque dos gastos dos recursos federais cerca de 70% – às vezes até mais – vão para as universidades federais, quando a Constituição diz que a destinação desse recurso devia ser para a escola primária. Não é feito isso. E não existe desenvolvimento sólido, desenvolvimento sustentável, não só ecologicamente, mas sustentável socialmente, havendo concentração da educação. No Brasil, não há só concentração de renda: há uma concentração do saber, que hoje em dia é mais grave até do que a concentração de renda, porque perpetua a concentração de renda.

O instrumento fundamental para melhorar a distribuição de renda é a educação. Esse problema não pode ser mais postergado. Por sorte

para o Governo, nós encontramos rumo nessa matéria. Todo mundo diz que o problema da educação é básico. Eu não consigo fazer com que os meios de comunicação transmitam, com a força necessária, o tamanho do desafio educacional e a disposição que nós temos de enfrentá-lo. Sai em nota pequenininha. É básico mas ninguém quer saber de realmente enfrentar.

E enfrentar o problema da educação não é enfrentar o problema das universidades só, até porque as universidades, muitas delas, conseguiram concentrar conhecimentos, têm um treinamento adequado. Pelo menos há sempre alguns setores que são de excelência, e é bom que sejam. Mas é o problema da generalização da formação básica, porque isso está ligado à democracia e à distribuição de renda. Não há democracia sem informação, e não há possibilidade nem de emprego, sequer, sem um mínimo de formação.

Bem, o Congresso tem lá uma emenda, que nós enviamos, que altera a distribuição dos recursos para a área educacional, tendo em vista o privilegiamento da educação primária. Vou lhes dizer, muito rapidamente, no que consiste isso. Consiste no seguinte: nós definimos que a taxa média aceitável de gasto *per capita*, na área de educação primária, é de 300 reais por aluno, por ano. Pois bem, a taxa que as Nações Unidas preconiza é de, pelo menos, 200. Nós estamos propondo 300.

Já ouvi vários discursos no Senado, no Congresso, perdão – costume de velho Senador, só falo no Senado: mas é no Congresso –, dizendo que isso é ridículo, que é muito pouco. É porque não lêem os números, não sabem que o gasto é muito menor do que isso hoje. E nós definimos que o salário médio do professor primário tem que ser igual ao gasto médio por aluno, por mês; no caso, 300 reais. De novo, grandes reclamações: “Como é possível pagar só 300 reais?” É que não sabem que em boa parte dos nossos estados o salário é abaixo de 100 reais, é abaixo do salário mínimo, chega a ser de 40 reais, 50 reais, por professor, no conjunto do Brasil.

Então, nós estamos reorganizando a distribuição dos recursos, e o Governo Federal vai complementar, naqueles municípios que não podem chegar a esses níveis médios, para que eles cheguem a esses níveis

médios, para que eles tenham um gasto efetivo, por aluno, de 300 reais, e um salário médio, para o professor, de 300 reais. Alguns estados não vão precisar disso. Mas o problema do Brasil não são os estados que não precisam disso, são os outros estados, porque aí é que está a pobreza, é aí que está, realmente, a desigualdade mais profunda.

Nós estamos, também, distribuindo os recursos do salário-educação diretamente para as escolas: o cheque é recebido pela diretora da escola. Por que isso? Para evitar a intermediação e para evitar a utilização do recurso em outros gastos que não os da escola. É uma certa crença – é uma aposta – de que a comunidade é capaz de discernir. São poucos recursos – às vezes são 1.000 reais, 2.000 reais –, mas isso numa escola perdida no interior de um dos nossos estados mais pobres é um dinheiro. E permite que a diretora diga onde é que esse dinheiro tem que ser usado – e aí tem que ter a relação com a comunidade, com os pais de alunos. Leva tempo? Leva, mas se educa a população para compartilhar as decisões, que são fundamentais nesta área.

Nós estamos também tentando fazer com que haja avaliação das escolas. Difícil. Não consegui apoio, que o Congresso aprovasse isso até hoje. Não é avaliação do aluno. Através do aluno se vai avaliar a escola. O exame não é para reprovar o aluno: é para reprovar a escola, se for o caso. Porque há uma indústria de escolas – aí, no caso das universidades – inaceitável.

E nós queremos também dar autonomia verdadeira às universidades. Mas autonomia verdadeira não é a universidade gastar o que quer e o Tesouro pagar. A universidade tem um certo recurso e ela distribui esse recurso, mas ela assume a responsabilidade do que fazer com esse recurso e não vem pedir mais ao Tesouro, porque o Tesouro não tem.

E fizemos também um sistema de educação, um canal que, 24 horas por dia, transmite treinamento de professor primário. E já distribuimos em 45.000 escolas, aparelhos de televisão e antenas, para que possam receber essa emissão. Vai-se criticar que os programas estão ruins; mas tem que começar. Daqui a cinco anos os programas estarão bons, e os professores serão melhor treinados por esse mecanismo, que requer também monitoramento. É muito complexo.

Mas, enfim, acho que na educação tem-se um rumo. E eu quero, o ano que vem, transformá-lo no Ano da Educação, criar uma mística da educação. Isso é fundamental para nós podermos, realmente, assegurar os nossos objetivos de um país que amadurece, que quer crescer.

Na área da saúde é muito mais difícil, é muito mais caro. Os senhores viram nos Estados Unidos, agora, o Presidente Clinton não conseguir que passasse uma reforma na saúde. Os interesses do setor privado são imensos, os *lobbies* são incontáveis. E eu só quero lhes dizer que o Ministro Jatene está fazendo um esforço sobre-humano para tentar sensibilizar o Congresso e o País, em termos da questão da saúde, e que o Governo Federal dobrou o gasto com saúde.

Aproveito para lhes dar uma “pilulazinha” de como anda a questão do gasto federal, que eu vejo tantas vezes pessoas dizendo que está se desperdiçando – talvez esteja. Mas hoje, no orçamento de 1996, 65% do gasto é social, é para a área social.

O orçamento, *grosso modo*, o orçamento de 95, deve ser – os Ministros militares sabem de orçamento mais que eu, pelo menos me cobram mais do que eu –, enfim, deve ser, por aí, o seguinte: nós devemos ter um orçamento global de uns 110 bilhões de reais. Desses, com pessoal da União, que no começo do ano nós calculávamos que íamos gastar 31 bilhões, no último cálculo que eu tenho aqui, de gasto efetivo, vão ser 39 bilhões de reais.

Depois, na área de Previdência, benefícios da Previdência – esse gasto de pessoal refere-se a ativos e inativos. Diga-se, de passagem, que os inativos que, em 1989, consumiam 23% do gasto, em 1996 vão consumir 44%. Luz mais do que amarela. Nós estamos nos aproximando do colapso do sistema público brasileiro, porque daqui a pouco nós vamos gastar mais com os inativos do que com os em atividade. E a contribuição dos inativos, ou melhor, a contribuição do conjunto do setor público para os gastos previdenciários é de 15% do gasto. Ou seja, 85% das pensões são cobradas do povo, no global. Então, esses dados, eu os tenho de memória porque são questões vitais do Brasil.

Mas, enfim, os gastos previdenciários do Orçamento são de mais ou menos 30 bilhões, 30 e poucos bilhões de reais; 39 bilhões, 40 bilhões,

pessoal; 34, por aí, de previdência – portanto, é pessoal, também; 20 e tantos, transferência para Estados e municípios. Vai somando: 40 mais 30 são 70; mais 20 e pouco são 90; depois pegam 7 ou 8 para juros, 98. O que sobra para investir? 10 a 12. A gente chama de investimento, e aqui os que trabalham nas áreas produtivas sabem do sofrimento que é isso. O que é que a gente chama de investimento? É custeio, é custeio e investimento. Desse que sobra, a saúde recebe de 60 a 65% todo mês.

Quando eu estava no Ministério da Fazenda – desculpem a referência pessoal, mas é só porque eu guardo de memória –, o gasto na saúde era de 380 milhões de dólares por mês, para os convênios. Não é o conjunto da saúde: só para os convênios dos hospitais. Agora, é de cerca de 700 milhões de reais; ou seja, dobrou. Esses 700 milhões de reais correspondem a uns 65% do total disponível para a União. O resto, sei lá, 400 milhões, é para tudo: Forças Armadas, Transporte, Agricultura, Cultura, tudo. Esse é o nosso Orçamento.

Então, o esforço para resolver a questão de saúde é grande. Mas o modelo que está posto é um modelo caro. Por quê? Também não vou discutir por que está na Constituição “A saúde é direito de todos e dever do Estado”. Quem paga? Essa pequena questão é a que atormenta aqueles que têm consciência dos problemas nacionais.

Como é que se faz? De onde vem o dinheiro? Como é que se atende a isso? Não se pensa, imagina-se que já aumenta a alíquota. Mas aumentar a alíquota? Não dá mais para aumentar a alíquota de nada. O País não aceita mais aumento de impostos. Então, nós vamos ter que, na Saúde – e o Ministro Jatene está fazendo um esforço grande –, não só combater as fraudes, porque isso existe e isso tem que ser combatido. E, embora seja difícil combater, o sistema está baseado em passar recursos para o setor privado – assim é que foi definido pela Constituição –, para os hospitais conveniados.

Mas é preciso um grande esforço da saúde pública: combate às endemias, combate à dengue, combate à febre amarela, Agente Comunitário de Saúde; porque isso resolve. Agora, nós estamos fazendo com um propósito menor do que foi, por exemplo, o Projeto Rondon. Graças à ação de alguns – aí entram as Forças Armadas, aí entram o Ministério da

Educação e o Programa Comunidade Solidária sobre o qual já falarei –, vamos agora em janeiro começar a mandar, não me lembro quantos, creio que 1.800 estudantes para as comunidades mais pobres, para ensinar coisas básicas, para dizer como é que se cuida de uma criança, que tem que ferver a água, coisas elementares, porque isso é que muda a mortalidade infantil. Então, isso tem que ser generalizado.

Acho que são os dois grandes desafios: como se dá educação à massa da população brasileira e como se melhora o estado sanitário básico. E isso requer saneamento básico. Nós estamos reformando o mecanismo para isso.

Quando nós insistimos tanto, como eu insisto, com os governadores, com os prefeitos, que eles têm que pagar à União, é porque isso permite à Caixa Econômica, como está permitindo, agora, recomençar a fazer programas de saneamento. Estava tudo parado por causa da inflação, por causa da grande desordem que havia. E acontece que, nessa grande desordem, quando a inflação pára, você verifica o tamanho do problema.

O Governador Marcello Alencar, certamente, nos números dele terá situação parecida com a nossa. É que agora não tem mais inflação. Quando tem inflação, dá-se um aumento de 50%, deixa correr o tempo, e a inflação acaba com esse aumento: o funcionário ganha menos, mas pensa que ganhou mais. Agora, quem ousar dar um aumento de 50% quebrará o estado, porque ninguém consegue extrair de imposto 50% a mais.

E muitos estados quebraram pelas benesses concedidas pelos Governos anteriores. Daí a gritaria que está havendo hoje, porque os estados estão recorrendo ao que se chama ARO, Antecipação de Receita Orçamentária, nos bancos privados, os quais cobram esses juros que eu digo escorchantes. E aí o estado não tem como pagar. E o Governo Federal, mais uma vez, tem que fazer a renegociação da dívida, não sei o quê, e tal. Esse é o nosso cotidiano de colocar isso em ordem.

De qualquer maneira, há esses problemas. Mas nós temos disposição de enfrentá-los, e nós vamos enfrentá-los. E há também essa idéia do chamado Comunidade Solidária, que eu queria deixar bem claro aqui mais uma vez que é o seguinte: não é um órgão burocrático, não é um fundo, não tem dinheiro, é outra coisa. É uma comissão executiva den-

tro do Governo – cuja Secretária é a Doutora Anna Maria Peliano – e um Conselho fora do Governo, da sociedade, para ajudar a definir programas, a fiscalizar e fomentar, e vai fazer com que os programas que existem nos Ministérios tenham mais eficiência.

Quais os programas? Merenda escolar, distribuição do leite, transporte para as comunidades que precisam de transporte para as escolas, para as comunidades rurais, atendimento direto de cesta básica em certas comunidades, as mais pobres, as mais pobres do Brasil.

Concentra-se aí o esforço dos Ministérios, e esse comitê do Comunidade Solidária apenas articula a ação dos vários Ministérios para ver se o orçamento está sendo cumprido. É um órgão fiscalizador, mas ele não tem dinheiro, nem é para ter. Não é criar um outro órgão para fazer benesses, embora isso tenha sido vendido muitas vezes assim. Não é isso. É para aumentar a racionalidade e chamar a atenção da sociedade para certas chagas sociais que nós temos que enfrentar.

Pois bem, além desses problemas sociais que eu mencionei, nós temos um problema dramático, que é o da segurança pública. Não é a segurança só no Rio de Janeiro, é no Brasil. E aí eu vejo com frequência cobrança de que é preciso que o Governo Federal, que as Forças Armadas... Não é por aí. A meu ver, é um trabalho também lento de moralização, de reorganização, de reconstituição, de formação de sistemas de informação. E, aí, sim, se poderia pensar na cooperação das Forças Armadas e dos vários setores da polícia brasileira. Isso é preciso aperfeiçoar. E junto com esse problema está o problema do contrabando.

É uma preocupação, sabem os Ministros militares, que é minha a de que nós temos que ter controle das nossas fronteiras. E aí também entram as Forças Armadas de uma maneira específica e apropriada, porque o espaço aéreo nacional faz parte da soberania, as costas fazem parte da soberania; e a entrada nesses setores sem nosso controle fere a soberania. Aí nós temos que ter uma ação coordenada e dura. Nós estamos tentando o Sivam – um sistema de radares para permitir o controle do espaço aéreo na Amazônia – por essa razão, se não houvesse outras, de que nós precisamos ter esse controle.

Enviei ao Congresso uma medida para permitir que em tempo de paz se possa abater aviões. Senão, como é que vamos controlar o contrabando? Quando eu me informei da situação, os Ministros militares sabem disso, atuei imediatamente e fizemos uma medida, porque não tinha, não havia legalidade para a ação.

Nem o Presidente da República pode mandar abater um avião em tempo de paz. Ora, os contrabandistas sabem disso, desdenham do controle, um controle que passa a ser só um registro, para eles não tem importância. Tem que haver um controle efetivo. E isso nós precisamos ter, como nós precisamos ter controle dos nossos portos, dos nossos aeroportos, custe o que custar. E isso custa muito, porque desafia grupos poderosos. Mas o Governo está absolutamente decidido a enfrentar essas questões, porque elas fazem parte, *amplo sensu*, do conceito de segurança.

Além disso, na área social ainda há um problema grave, que eu mencionei de passagem, que é o da Previdência. É grave. É grave, sobretudo no setor público e não tanto no setor privado. Não vou me referir aos abusos que ocorreram, pode-se listá-los e coibi-los, abusos de todo tipo. Mas há também a questão de como é que se financia esse sistema. É essa a questão. Não há outra. A questão é: como se financia? Quem paga? Como é que se sustenta esse sistema? Evidentemente, no caso de certas corporações, como as militares, essa situação tem que ser tratada à parte. E o Governo sabe disso, está lá no Congresso a medida. E assim será feito.

Acho que não se pode confundir coisas heterogêneas como se fossem homogêneas. Não são. Vamos tratar com a moderação, enfim, com a compreensão necessária cada um dos setores. Nem se trata de perseguir quem quer que seja, muito menos a massa dos trabalhadores, que esses pagam muito mais para sua previdência do que quaisquer outros. Então, isso tem que ser tratado com, digamos, espírito de justiça e de negociação.

Não sou favorável ao atropelo em matérias dessa natureza. Uma questão é saber se é a favor ou contra que haja concessões de fornecimento de energia elétrica, porque isso são quase que conceitos.

Uma outra questão é quando se tomam decisões que afetam pessoas. E o Governo tem que ter a sensibilidade de distinguir o que é um conceito pelo qual se pode lutar até com paixão, certo ou errado, mas se formula até intransigentemente, porque, quando as pessoas estão apaixonadas por uma idéia, são geralmente intransigentes.

Outra questão é quando se trata de decisões que vão afetar a vida das pessoas. Aí não é possível haver paixão nem intransigência, tem que haver compreensão e eficiência. Eu acho que, enfim, com boa vontade, com energia – porque é preciso também – se consegue chegar a decisões que melhorem a perspectiva da questão previdenciária brasileira. Mas, obviamente, quando o crescimento passa, em 6 anos, de 23% para 44%, na proporção do gasto entre ativos e inativos, alguma coisa tem que ser feita, porque, se nós não fizermos, acontecerá o pior, vai capotar tudo daí em diante.

Vamos fazer com tranquilidade, com serenidade, com compreensão e vamos modificando as coisas. Eu sei, também, que dada a especificidade da situação da vida militar, eu próprio me interessei em vários momentos – os que trabalham comigo sabem disso – para que essa especificidade fosse mantida no que diz respeito à PEC, projeto de emenda constitucional, sobre a Previdência, assim como no que diz respeito ao fato de que mandarei a PEC que separa o tratamento de civis e militares, que foi feita pelo Estado Maior e que só não foi mandada por uma questão de tática política. Tenho que ver o momento oportuno, para evitar que isso provoque reações que não são as que se deseja no Congresso., mas já está preparada, está feita e será enviada.

Bem, eu teria bastante coisa para conversar sobre o campo econômico. Não quero também abusar dos senhores, apesar de que disse que ia abusar da hora. Acho que, no campo econômico, o primeiro reconhecimento a ser feito aqui é de que, com estabilização, nós conseguimos uma distribuição de renda efetiva. Isso é alguma coisa que nós devemos proclamar ao mundo, que nós fizemos um plano de estabilização que redistribuiu a renda e que até ampliou o ritmo de crescimento da economia. As duas coisas eram consideradas impossíveis pelos teóricos dessa matéria. O Fundo Monetário Internacional não acreditou no Plano Real, se recusou

a dar o aval, não tivemos o aval e foi bom. Recusou-se a dar o aval, os técnicos o recusaram para a renegociação da dívida externa. Nós renegociamos a dívida externa. É o único caso. Foi a maior dívida da história do capitalismo: 52 bilhões de dólares. Eu era Ministro da Fazenda, passei a manhã inteira assinando papéis, no Canadá, para refazer os documentos da negociação. Sem o aval do Fundo, porque eles diziam que nós não tínhamos condições nem políticas nem sociais nem de competência para fazer as mudanças que estavam sendo propostas pelo Plano Real. Mas o Superintendente do Fundo – que é um homem inteligente – confiou: embora o Fundo não tivesse aprovado, ele fez uma circular aos banqueiros, dizendo que achava que eles podiam firmar o acordo.

Então, nós nunca tivemos o monitoramento do FMI. A decisão foi nossa, segue sendo nossa, não tem ingerência, não tem coisa nenhuma. E deu certo. Para fazer isso, eu tive que ousar, tive que mandar que o Ministro Malan – por sugestão dele – que era Presidente do Banco Central, comprasse bônus do Tesouro Americano sem que ninguém soubesse, para que, na hora de fazer a negociação, eu não precisasse nem do Tesouro Americano, nem do FMI. Quando eles descobriram, já era tarde, nós já tínhamos os bônus. E me felicitaram por termos feito isso sem que ninguém percebesse, sem que houvesse comissões, sem que houvesse onda no mercado. E nós, então, tínhamos condições de dar as garantias aos banqueiros internacionais para fazer a renegociação, garantindo, por outro lado, margem de manobra, porque nós não estávamos submetidos nem ao Tesouro Americano nem ao Fundo Monetário Internacional.

O fato é que fizemos, do ponto de vista imediato, a estabilização. A inflação, os números são variados, provavelmente vai voltar próximo aos 20% este ano – isso para quem o ano passado estava em 5.000% na tendência anualizada. Vamos estar próximos dos 20%. Não há nenhum sinal de que nos próximos meses a inflação tenha qualquer risco de retomada. Essa questão é importante, não só porque organiza o Estado, permite planejar, mas porque significou uma redistribuição de renda efetiva.

Ainda recentemente, o DIEESE publicou um dado, mostrando que os salários tiveram aumento real de – os salários mais baixos – 32%, os mais

altos de 4%, nos setores de trabalhadores. Quando se observa o consumo de carne, de frango – até de cimento: as fábricas de cimento estão fabricando cimento em saco de um quilo, porque, assim, as reformas nas favelas estão acontecendo – vê-se que, efetivamente, a população mais pobre está comendo melhor. Os indicadores disso já estão aí à disposição.

A classe média pagou um preço mais alto. Por que pagou um preço mais alto? Porque o mais difícil de resistir em qualquer plano de estabilização é precisamente o setor de serviços. A grande modificação havida aqui é que nós abrimos a economia. De 1991 a 1995, os dados do comércio externo no Brasil passaram de cerca de 50 bilhões – nos dois sentidos, quer dizer, importação e exportação –, de 50 a 60 bilhões para 100 bilhões. Este ano nós estamos nos aproximando de 100 bilhões, e as exportações estão batendo recorde todos os meses, como bateram em outubro de novo – recorde histórico. Quer dizer, nós estamos exportando mais e importando mais.

Eu não vou entrar em detalhes, o que significa, se a balança comercial tem equilíbrio, não tem equilíbrio, porque é uma coisa muito técnica, eu gosto; mas seria fastidioso.

Agora, o fato é que nós dobramos o comércio exterior, e, com isso, a competição aumentou, as indústrias tiveram que aumentar a produtividade. Os dados mostram que a produtividade aumentou. Por isso, foi possível manter o câmbio relativamente apreciado, sem prejudicar as exportações. Elas baratearam na produção, por isso está aumentando a exportação. Se o câmbio estivesse – como alguns setores vivem dizendo que querem uma desvalorização –, realmente, tão valorizado assim, nós não estaríamos exportando; mas nós estamos exportando, porque houve aumento de produtividade. E, com isso houve, também, a tendência a que os preços baixassem, porque há a competição de fora. Mas não se pode importar restaurante, médico, dentista, escola. É o que os economistas, na linguagem deles, chamam de bens e serviços que não são comercializáveis.

Esses bens que a classe média consome subiram. Escola, transporte, dentista, restaurante, teatro – teatro eu não sei –, todos esses preços e aluguel subiram muito.

Isso acontece em todo plano de estabilização, pela razão que eu dei, porque não se pode importar. Não tem como. Então, ficamos à mercê. Há uma distribuição perversa de renda, passa de setores da classe média para a classe mais baixa. É o que acontece no perfil da renda. Nós, – o grosso maior, que somos da classe média – pagamos o bem-estar de alguns outros setores.

Bem, começa agora a cair o preço de serviços. A tendência agora – eu não vou dar muitos dados, mas eu passei a quarta-feira lá, com os economistas, aprendendo essas coisas –, a tendência é haver uma convergência da queda de preços do setor de serviços, inclusive de aluguéis. Por isso a inflação, mesmo que subam os produtos de alimentação, que vão subir, em certo momento sobe, mas vai haver uma tendência a continuar baixa a inflação, porque os serviços começam a cair.

Isto é mais ou menos o panorama que ocorre nessa matéria. Mas nós precisamos aí, nessa área – eu não vou entrar muito em detalhe – lidar com o, como se chama, custo Brasil. Tem que aumentar a nossa capacidade de competir. Está aí a questão dos portos, está aí a questão das estradas, está aí a questão da energia. E isso requer investimento.

De 1996 por diante, nós temos que ter investimento. E, aí também, quero lhes dizer uma coisa com toda franqueza. Nós estamos, hoje, com reservas da ordem de 50 bilhões de dólares. É recorde mais do que histórico. Nunca houve tanto, 50 bilhões de dólares, nas reservas. Isso é ótimo, nos dá credibilidade, margem de manobra, não tem risco de crise mexicana, tudo muito bem. Mas, eu vou usar um título de um livro do Barbosa Lima Sobrinho, *Capital se faz em casa*. A taxa de poupança interna tem que aumentar, porque é fundamental para termos um investimento autônomo. Um país como o Brasil não pode depender só do investimento externo. Investimento externo, aqui, é um delta, um delta positivo, se for investimento direto. Um delta alentador mesmo quando é de curta duração, ajuda, mas pode ir embora, é volátil. O direto fica. Quanto mais direto melhor. Mas, num país como o nosso, isso tem que ser sempre um delta a mais, o grosso tem que ser daqui. O grosso tem que ser um esforço de poupança interna, de investimento interno, e os nossos números ficaram escandalosamente baixos. Nós chegamos a ter, há uns 7 ou 8 anos,

13% do PIB como taxa de poupança. Hoje, estamos de 18 para 19, historicamente tínhamos 22. Nós temos que chegar a 25%. Quando o Brasil chegar a 25% de poupança interna, um quarto do PIB, um PIB de 600 bilhões – como nós já temos –, já será uma massa de recurso enorme, cento e poucos bilhões por ano, daqui de dentro, mais do que vem de fora. Ai, sim, nós vamos ter realmente um crescimento sustentado e um crescimento capaz de dar mais alento à nossa necessidade de combater a miséria, de avançar na questão social.

Mas não é fazer o econômico para depois fazer o social: tem que fazer já, como nós estamos, fazendo o social. E tem que enfrentar, mesmo, os problemas mais difíceis, como o da terra. Por mais que seja demagógico, que em setores é, por mais que seja, até mesmo, digamos, beirando o desafio à autoridade – e que nós não podemos deixar também –, nós temos que enfrentar, na radicalidade, a questão. Quer dizer: quem é que está precisando de terra? Tem terra? Vamos fazer, para tirar até a bandeira dos setores que querem tumultuar. Vamos enfrentando e, ao mesmo tempo, tomando essas decisões, para gerar um novo horizonte para o Brasil.

O Plano Plurianual de investimentos já dá essa idéia, eu já saberia dizer. E, se eu for para a Amazônia, saberei dizer onde vamos investir, por que vamos investir, o que vamos fazer com energia, com transporte. Se eu for para o Centro-Oeste, eu sei. Para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro – para o Nordeste, eu ainda tenho umas duvidinhas, mas começa a haver um caminho – eu digo: eu sei. Não só eu, porque sou o Presidente: é preciso que nós todos saibamos.

Então, eu quero, o ano que vem, ao lado dessa ênfase na educação, enfrentar essas questões sociais mais doídas; e a da segurança. É preciso, também, dar esse sentimento nacional de que temos rumo e de que sabemos onde vamos investir, por que nós vamos investir; e de quais são as transformações; dar um grande apoio em toda a questão tecnológica, enfrentar os gargalos, que é a energia, que é estrada, que são os portos, com capital privado, com a liderança do Governo, com a fiscalização do Governo; com muita coragem, fazer a reforma tributária, da qual não vou falar; e tender a uma política de juros mais equilibrada.

Também não vou me estender muito sobre essa matéria. Os juros subiram porque nós tivemos a crise contra o Real em março e porque nós tivemos um crescimento de demanda, no primeiro trimestre, de 10%. No último trimestre, nós chegaríamos a 15% de crescimento da economia. Aí arrebenta tudo, porque nós não temos produção para isso. Nós vamos ter que importar muito, e dá um desequilíbrio na balança de pagamentos. E aí arrebentam os preços e volta a inflação.

Então, dessas difíceis decisões que um Presidente tem que tomar frear o crescimento é a mais difícil; mas é muito melhor frear o crescimento para manter a estabilização do que estar estagnado e com inflação, como nós estávamos anos atrás.

Se não tomasse a decisão de frear, eu voltaria à situação anterior. E tenho muito viva a experiência do Plano Cruzado, que foi uma tentativa legítima de resolver as questões e que foi frustrada porque não foram tomadas decisões oportunas, de coragem. É enfrentar a crítica, a incompreensão, como eu digo.

Tomamos as decisões. Já estão tomadas. Já, agora, se pode divisar um horizonte mais claro. As taxas de juros já cumpriram seu papel de arrefecer a demanda, até mesmo de atrair capitais pelo diferencial; e agora já começaram a declinar. A taxa de juros que o Governo controla é uma só. Chama-se Over/SELIC—Sistema Especial de Liquidação e Custódia — sabe que economista só fala em linguagem que ninguém entende; é pior que o latim. É essa taxa de juros que o *overnight* define, que começou em quatro e pouco, no início do ano. Quando eu assumi, mandei baixar. Foi baixando e chegou a 3,25. Quando chegou a 3,25, teve a crise do Japão — isso tudo depois do México. Teve a crise de março. Subimos para 4,5.

Pois bem. Está em 2,83 agora. E vai continuar baixando. Isso tem efeito de médio prazo sobre a taxa geral de juros. O ano que vem, a tendência da taxa de juros é declinante. E sobre o câmbio já mencionei que não existe essa sobrevalorização excessiva. Nós estamos acompanhando esses fatores todos e achamos que isso tudo acabará tendo um resultado positivo.

Então, essas são as variáveis macro com as quais eu, pelo menos, estou ligado e pensando no Brasil e vendo qual é o rumo que estamos imprimindo a este país.

Vou me referir apenas a dois pontos mais – e vou deixá-los com mais tranqüilidade, gozando da convivência recíproca e me desculpando porque eu tenho que voltar para Brasília. Um é o campo externo e o outro é o campo militar.

No campo externo, nós temos feito um esforço consistente, que vem de longe. O Brasil sempre teve definições claras. Política externa requer uma definição e manutenção da linha, porque senão não se tem credibilidade. Aliás, política, em geral, deve ser assim: define-se a linha para poder ter credibilidade. A imprensa já está esquecendo de derrubar Ministros porque já perceberam que isso não pega comigo. Não adianta. Queima um, queima outro. Isso aí fica um esporte nacional, de tiro ao alvo. Não é sério. Acho que isso não é sério. Não se pode viver na angústia, na incerteza. Não. Vamos deixar isso aí com um horizonte de tempo. Política externa precisa de horizonte.

O Brasil sempre teve uma política muito clara, uma política de paz, uma política de entendimento. Mas, nos últimos tempos, nós aceleramos certos tipos de entendimento. Um muito importante é o Mercosul. Eu sei que para muitos setores o Mercosul ainda soa como uma coisa um pouco estranha. O Brasil tinha uma política, por exemplo, de compra de petróleo que não contemplava compras na Argentina, como não contemplava compras na Venezuela.

Nós mudamos isso. Hoje, estamos comprando da Argentina mais ou menos 1 bilhão de dólares, e vamos começar a comprar da Venezuela 1 bilhão de dólares. Por quê? Porque quem compra vende. Abre-se um comércio. Nunca se pode manter uma relação com outro país que seja permanentemente em benefício de um e em desprezo do outro. E em comércio internacional, em geral, o bom é quando todos ganham. Não é jogo de soma zero.

Os mais “espertos”, os mais primitivos, pensam: “Nós vamos ganhar e o outro vai perder.” Isso não dura muito. Tem que se criar uma situação em que seja possível ambos ganharem.

Nós tínhamos um superávit comercial muito elevado com a Argentina e uma resistência muito grande dos argentinos a continuar comprando nossos produtos.

Hoje, não. Hoje a balança está equilibrada. Nós comercializávamos com o Mercosul, com o Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, cerca de 2 bilhões de dólares há quatro anos. Hoje são 10 bilhões de dólares. Todos estão ganhando, mas nós estamos ganhando mais. Por que nós estamos ganhando mais? É exatamente porque nós somos o maior mercado. E muita gente pensa: “Se nós somos o maior mercado, os outros é que vão ganhar.” É ao contrário: como nós somos o maior mercado, e ampliamos o nosso mercado, e quando eles vendem para nós é um delta pequenininho comparado com o nosso mercado, nós damos aos investidores brasileiros e estrangeiros que queiram investir aqui uma expansão de mercado.

Ninguém vai investir... Não é que não vai; é bom até que invistam nos outros países também. Mas a proporção é maior para nós, e nós potencializamos o nosso mercado. Quanto mais nós pudermos fazer acordos com os nossos vizinhos nessa direção, melhor será para nós. Para “nós”, eu digo, o conjunto: nós e os nossos vizinhos.

Mas nós temos mais industrialização, temos mais capacidade de ofensiva no comércio.

Na última vez que estive na Argentina eu me reuni com cerca de 200 empresários brasileiros que têm investimentos lá. Tem um grupo Brasil-Argentina lá. Agora vai ter um grupo argentino-brasileiro aqui. Tem uns doze argentinos.

O Brasil tem cerca de 1.000 empresas que têm uma coisa chamada ISO-9000, que é um certificado de qualidade e padrão internacional. Os nossos vizinhos – eu não vou especificar quais – não chegam a ter cem; nenhum deles. Então, nós não podemos ter nem arrogância nem temor. Temos que ter um relacionamento estável, tranqüilo com os nossos vizinhos.

O Mercosul permitiu ao Brasil não só a expansão do seu mercado. E o Mercosul não é para o Sul do Brasil. O Nordeste aumentou muito nisso. A Bahia aumentou cinco vezes as suas exportações para o Merco-

sul. Como tem esse nome de Mercosul, muita gente do Norte pensa que se precisa fazer um Merconorte. Não! O Mercosul inclui todo o Brasil.

Nós temos que fazer com os outros países vizinhos do Norte outras coisas, acordos bilaterais, acordos com a Venezuela, de compra de petróleo. A Venezuela está absolutamente disposta a um relacionamento mais próximo ao Brasil.

Ora, os senhores são militares. Nós temos uma grande preocupação amazônica. Nós temos uma preocupação positiva. Não é temor de ninguém. Mas nós temos que olhar tudo isso com muita atenção.

E claro que é importante que os países da Guiana e a Venezuela tenham um relacionamento bom com o Brasil.

Então, basicamente o Brasil reforçou a sua presença positiva, solidária, com os países da América do Sul. E o Mercosul é um pivô disso.

Agora em dezembro, vou assinar, junto com os outros Presidentes – acho que eu vou à China primeiro –, um acordo, que é o primeiro da História, entre a União Européia e o Mercosul. O primeiro da História.

E eu ouvi do Primeiro-Ministro Kohl, da Alemanha, palavras que não vou repetir, porque não caberia, mas muito encorajadoras nesse sentido, para dizer: “Olha, aqui na Europa, a Alemanha está fazendo o que vocês estão fazendo na América do Sul.” E a relação entre nós tem que ser muito próxima porque o Leste é o Leste, o Sul é o fundamentalismo, a Ásia é muito longe, tem os Estados Unidos, que são muito importantes, mas vamos aproximar a América do Sul da Europa, o Mercosul da Europa.

Isso num contexto em que nós temos a integração hemisférica. Nós não vamos partir para essa integração hemisférica nem com açada-mento nem sem nossos próprios recursos, para ir dizendo qual é o grau em que estamos de acordo, no que não, como é que faz, como é que não faz. E o Mercosul nos dá força para tudo isso, como essa integração com a Europa nos dá, também, força. Não para ser contra, mas para fazer as coisas de acordo. Aí, vem o que eu disse no começo da conversa: uma inserção soberana na ordem global.

Não há contradição entre essas coisas. A ordem é global, porque o mundo está se globalizando. Mas nós temos nossos interesses. Vamos nos organizar e vamos ter uma política para isso, uma política consis-

tente, que nos permita tirar o maior proveito, em nosso benefício, dentro desse contexto e com uma relação franca, aberta, cordial, sem nenhum complexo, como nós temos hoje com os Estados Unidos. E, quando me encontro com o Presidente americano – alguns aqui já assistiram –, é numa relação normal, em que não se precisa pedir nada e nem tem que temer nada. E vice-versa. A relação é positiva. Não precisamos estar, nós aqui, com medo porque nós temos força. Força, hoje, é capacidade de discernir e organizar para chegar lá e ter competência e informação.

Então, do ponto de vista da política externa brasileira, nós estamos indo nessa direção. No campo militar, nós temos que ter isso muito em consideração. Agora mesmo, estamos com um contingente lá em Moçambique. É importante. Nós temos que ter, digamos, núcleos de excelência nas nossas Forças Armadas e com capacidade de pronta resposta, com capacidade de presença em nível mundial. Mundial pode ser que seja um exagero num primeiro momento. Mas é isso. Para quê? Para ajudar a consolidação da paz no mundo e a nossa presença política e econômica, que estão ligadas.

Então, neste discurso, no sentido das propostas do Brasil, quando eu falo nisso, está incluído o campo militar, diretamente. O Estado, para poder ser eficiente, precisa de um setor militar eficiente e precisa que haja unidade de propósitos e de comando.

Quer dizer, o povo indica o Comandante Supremo, e a hierarquia é por aí, com todo o respeito de todos os setores da sociedade. Quer dizer, é assim que eu acredito que nós possamos marchar juntos.

Quando dou tantas explicações, como estou dando esta manhã aqui, sobre o que eu penso, sobre política externa, sobre o que eu vou fazer, sobre o Sivam, sobre a saúde, sobre a educação, sobre a política econômica, é porque é fundamental que nós estejamos em sintonia. É fundamental que isso seja uma coisa explicada. A autoridade, no mundo moderno, não advém da imposição: advém do respeito. E o respeito só existe quando há o convencimento de que a autoridade é legítima e que a ação dela é uma ação consentânea com os interesses do País.

Acho que isso tem que ficar muito claro, nesse contexto de globalização, como estou definindo. Falei no Senado há dez anos sobre isso, que nós tínhamos que ter uma inserção soberana na nova ordem mundial; que não podiam pensar a divisão internacional do trabalho do modo antigo, em que uns produzem matéria-prima, outros, produtos industrializados; que não é isso, que é numa outra fase; que o campo militar faz parte, até mesmo nos seus aspectos de desenvolvimento tecnológico.

E sabem todos como me parece fundamental o fato de nós, hoje, dispormos do controle da tecnologia de mísseis. É importante a tecnologia de satélites, de foguetes de emissão de satélites. Nós entramos no MTCR, nós temos uma definição clara de energia atômica para fins exclusivamente pacíficos, temos nossos programas, e com tranquilidade, porque o País sabe, está de acordo e quer. E a comunidade internacional também sabe que o Brasil hoje é um país que está, digamos, com um grau de maturidade suficiente para enfrentar tudo isso com democracia.

Acredito que agora, nesta fase em que estamos ultimando reformas constitucionais difíceis, o Congresso respondeu. Muitas vezes vejo críticas: “Ah, o Congresso mudou.” Mas o Congresso está aí para mudar, não é para dizer amém. Sou intrinsecamente democrata, fui senador. O Congresso não tem que dizer amém. Tem que ter diálogo. E, quando muda, explica por que muda. E eu tento dizer “porque não”, ou talvez até me convenço do “porque sim”. E nós estamos mudando, estamos alterando coisas que eram muito difíceis de serem alteradas.

Os senhores sabem como custa fazer uma reforma administrativa ou da Previdência, ou de impostos. É muito difícil mesmo, porque, repito, toca em interesses concretos legítimos.

Agora, o interesse maior é o do Brasil, é o da visão do futuro do Brasil, é o do povo do País. Então, isso é que não dá para ceder. Quando o interesse, por mais legítimo que seja, segmentado, se opõe ao interesse do conjunto, eu, como Presidente, tenho que ficar com o interesse do conjunto. Não posso estar defendendo, por mais que eu tenha simpatia por uma outra tese, eu não posso ficar com essa tese, se tenho a consciência de que ela não vai me permitir avançar mais adiante.

Vamos fazer essas reformas com tranqüilidade. Acho que já conseguimos bastante. Vamos conseguir mais coisas. Vamos, o ano que vem, dar ênfase, como eu disse aqui, à questão da educação, tomar temas tópicos como o de segurança, como o de reforma agrária, e enfrentá-los com calma, com tranqüilidade. Vamos equacionar, no possível, a saúde, e vamos desenhar, e mais do que desenhar, efetivar as políticas de investimentos naquelas áreas que nós sabemos que são necessárias para o grande salto que este país está dando e vai dar.

Se nós fizermos isso, se nós contarmos, como temos contado sempre, com os senhores na consolidação da democracia – eu disse isso várias vezes porque assim penso –, eu acho que nós estaremos fazendo, no Brasil, um processo de consolidação democrática que é mais importante do que o processo de transformação econômica, porque sem ele não há uma economia realmente moderna, se não for embasada num sentimento em que haja participação, decisão, controle, voto. Isto é que é o fundamental, esse que é o grande... não é milagre, não: é a grande ação brasileira. Foi a nossa capacidade de convergir. O País convergiu para certos pontos, entendeu certas questões e avançou junto. E eu acho que as Forças Armadas estão desempenhando esse papel – não só na sua destinação constitucional, é óbvio, mas eu diria que mesmo além disso –, com uma compreensão grande. E eu até aproveito para agradecer aqui a colaboração constante dos Ministros das áreas militares que aqui estão presentes e do Ministro Mauro, que hoje está representado pelo Almirante Pedroso, porque tem sido assim: eles sabem como é meu jeito, eles sabem que eu falo as coisas no momento que acho que é necessário, com toda clareza, e tenho encontrado um apoio forte porque tenho proposto coisas que acredito sejam corretas para o Brasil.

Com esse espírito, eu não tenho nenhuma dúvida de que vamos enfrentar essas grandes transformações do mundo. Nós vamos, nesse novo horizonte renascentista, como eu disse aqui no começo, encontrar o nosso lugar, vamos ser capazes de, nessas transformações e com elas, preservar o que é fundamental, que é o bem-estar do povo, a felicidade desse povo e a defesa correta, adequada, contemporânea, da soberania nacional.

Muito obrigado aos senhores.